



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 1º de novembro de 2023

Bolsas		Pontuação B3		Dólar		Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na terça-feira		Ibovespa nos últimos dias		Na terça-feira			Comercial, venda na terça-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,54%	0,38%	114.777	113.144	R\$ 5,041	Últimos	R\$ 1.320	R\$ 5,335	12,65%	12,21%	Maio/2023 0,23
São Paulo	Nova York	26/10	27/10	(- 0,11%)	25/outubro 5,002					Junho/2023 -0,8
			30/10		26/outubro 4,990					Julho/2023 0,12
			31/10		27/outubro 5,013					Agosto/2023 0,23
					30/outubro 5,047					Setembro/2023 0,26

TROCA DE GUARDA NA CNI

“Indústria quer ter condições de competir”

Ao assumir comando da entidade, Ricardo Alban defende a retomada do protagonismo do setor no desenvolvimento do país

» FERNANDA STRICKLAND
» LUANA PATRIOLINO

Iano Andrade/CNI



Solenidade contou com a presença de autoridades dos Três Poderes e representantes do setor industrial de várias regiões do país

Iano Andrade/CNI



“Muito mais que incentivos, queremos condições para competir e entregar ao Brasil o que só a indústria pode entregar: mais empregos de alta qualidade, inovação e inserção nas cadeias globais de produção”

Ricardo Alban, novo presidente da CNI



Ricardo Alban: país tem oportunidade única para impulsionar a reindustrialização da economia

Em discurso de posse como novo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o empresário Ricardo Alban ressaltou que o país está diante de uma grande oportunidade para impulsionar a reindustrialização da economia. “Depois de anos de declínio, temos uma oportunidade única, talvez a última desta geração, de revitalizar o nosso setor e entregar ao Brasil tudo o que uma indústria forte e dinâmica pode entregar a um país: desenvolvimento econômico e social, com inovação e geração de empregos de mais qualidade”, afirmou.

O dirigente frisou, contudo, que, para alcançar tais metas, o setor industrial precisa de condições econômicas que lhe permitam competir em escala global. Nesse sentido, ressaltou a importância da aprovação da reforma tributária e a necessidade de financiamentos adequados de instituições financeiras públicas e privadas. “Muito mais que incentivos, queremos condições para competir e entregar ao Brasil o que só a indústria pode entregar: mais empregos de alta qualidade, inovação e inserção nas cadeias globais de produção”, disse.

O empresário afirmou que há “uma nova CNI”, disposta a abraçar as inovações tecnológicas. “Esta é a hora de mobilizar o país por uma nova industrialização. Já está em curso intensa transformação da economia global, particularmente das cadeias de produção. Avanços tecnológicos, a digitalização da indústria 4.0, a nova economia verde e a revisão geopolítica das relações comerciais abrem oportunidades inéditas para a indústria no Brasil. Não podemos desperdiçá-las”, completou.

Volta do Reiq

Alban, que sucede Robson Braga de Andrade no comando da entidade, destacou, ainda, a importância do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic) para o crescimento do país. Presente à cerimônia, o ministro do Desenvolvimento e vice-presidente

da República, Geraldo Alckmin, aproveitou a oportunidade para anunciar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve assinar, hoje, decreto que recria o Regime Especial da Indústria Química (Reiq) — que é a regulamentação da isenção de 2,19% do Pis/

Cofins sobre a compra de matérias-primas petroquímicas básicas de primeira e de segunda geração. “Vai reduzir a carga tributária da indústria química”, frisou Alckmin.

Ricardo Alban foi eleito em 3 de maio deste ano para

comandar a CNI no quadriênio 2023-2027. A eleição foi por unanimidade, numa chapa composta por cinco vice-presidentes executivos da entidade, um de cada região do país, entre os quais o presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal

(Fibra), Jamal Jorge Bittar.

A solenidade de ontem contou com a participação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e do governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), dos governadores Jerônimo Rodrigues (Bahia) e Romeu Zema (Minas Gerais), além

do prefeito de Salvador, Bruno Reis, integrantes do corpo diplomático, entidades empresariais, ministros do governo Lula e do Judiciário.

A prioridade do mandato do novo presidente será a defesa da retomada do protagonismo da indústria como motor do desenvolvimento econômico e social do Brasil, segundo nota da Confederação. No evento, Robson Andrade, que comandou a entidade desde 2010, relembrou os impactos que a pandemia de covid-19 provocou na indústria. “Nesse período, o Brasil passou por crises econômicas, pela mais profunda e longa recessão de nossa história e por turbulências políticas, mas nunca deixou de ser a nação grandiosa e promissora que sempre foi. Em nenhum momento, renunciamos à crença de que, juntos, somos capazes de estruturar o país que desejamos para nós, nossos filhos e netos”, destacou.

Em um breve discurso, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ressaltou que o Congresso Nacional trabalhará para aprimorar a legislação para todos os segmentos da indústria brasileira. E afirmou que o Legislativo seguirá comprometido, no próximo ano, com pautas voltadas ao ambiente de negócios e estabilidade do país. “Quero enfatizar que, no próximo ano, a Câmara estará empenhada em dar continuidade ao trabalho que vem fazendo com vistas a garantir estabilidade para o país”, ressaltou.

Experiência

Ricardo Alban, 63 anos, presidiu a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) por nove anos e foi presidente do Centro das Indústrias do Estado da Bahia (Cieb) entre 2018 e 2023. Ele é formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal da Bahia e administração de empresas pela Escola de Administração de Empresas da Bahia. O novo presidente da CNI trabalhou no Citibank no início dos anos 1980 e, desde 1987, é sócio-diretor da Biscoitos Tupy, tradicional fábrica de alimentos baiana fundada por sua família.

CRÉDITO

Lula sanciona Marco Legal das Garantias de Empréstimos

» RAFAELA GONÇALVES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o Marco Legal das Garantias de Empréstimos. A lei, que estabelece novas regras relativas ao tratamento do crédito e das garantias concedidas em empréstimos, foi publicada com vetos, ontem, no *Diário Oficial da União*. Um ponto importante vetado foi o trecho que autorizava a apreensão de veículos sem autorização judicial. Isso ocorreria caso o bem não tivesse sido entregue ou disponibilizado voluntariamente no prazo legal. Assim, o

credor poderia pedir busca e apreensão extrajudicial. O petista argumentou que a proposta é inconstitucional, “uma vez que cria uma modalidade extrajudicial de busca e apreensão do bem móvel”.

O marco legal é uma das apostas da equipe econômica para destravar a concessão de crédito no país. Além de flexibilizar o uso de imóveis como garantias de empréstimos, a nova lei facilita a execução de dívidas por bancos e outros credores em caso de inadimplência.

A lei muda as condições para o uso de imóvel como garantia

de empréstimo. Antes, apenas uma linha de crédito poderia ter o imóvel como garantia. Com o novo texto, é possível usar o mesmo imóvel para acessar mais de um empréstimo, até o limite do valor do bem.

Por exemplo, se um imóvel vale R\$ 200 mil, ele pode ser usado para garantir dois empréstimos de R\$ 100 mil. Até agora, independentemente do valor, ele só poderia servir como garantia de uma operação financeira.

A intenção do Marco Legal é ampliar as garantias de que um empréstimo será pago e, assim,

reduzir a inadimplência. Com isso, os técnicos acreditam que bancos e demais instituições financeiras, tendo mais segurança de que vão receber o dinheiro de volta, podem ampliar a oferta de crédito e cobrar juros mais baixos.

Facilidade

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reforçou que a nova lei vai facilitar a execução de garantias no Brasil, com as cautelas devidas em relação ao consumidor, e que o veto do presidente não traz

prejuízos, porque permite fazer todas as etapas até a emissão da posse por processo administrativo.

“Tanto do ponto de vista do imóvel quanto do imóvel alienado, com alienação fiduciária, toda transferência de propriedade hoje vai poder fazer com veículo também. A imissão da posse vai depender de uma autorização judicial, mas só na última etapa. O presidente ficou inseguro sobre abuso, mas concorda que precisamos por ordem no sistema de crédito para que a taxa de inadimplência possa cair, e o spread possa cair”, afirmou o ministro.

A legislação possibilita recuperar o crédito por meio de cartórios, que poderão intermediar a execução das dívidas junto dos devedores. O projeto cria ainda a figura do agente de garantia, que será designado pelo credor e atuará em seu benefício.

O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados em 3 de outubro, depois de sofrer algumas alterações e emendas no Senado, e aguardava a sanção presidencial desde então. Os vetos ainda podem ser derrubados pelo Congresso em caso de discordância dos parlamentares.